

DOCUMENTO FINAL



I ENCONTRO NACIONAL DOS ESTUDANTES INDÍGENAS
METAS E DESAFIOS NO CAMINHO DO ENSINO SUPERIOR



de 02 a 06 de setembro de 2013
www.eneiufscar.com/enc



São Carlos, Setembro de 2013

Sumário

1. COMISSÃO DE RELATORIA – UFSCar	3
2. COMISSÃO ORGANIZADORA	3
COORDENAÇÃO	3
COMISSÃO ORGANIZADORA	3
COMISSÃO CIENTÍFICA	4
ARTE.....	4
3. INSTITUIÇÕES PARCEIRAS	5
4. UNIVERSIDADES PARTICIPANTES	5
5. INSTITUIÇÕES PRESENTES	6
8. ETNIAS PRESENTES NO I ENEI/UFSCar	6
INTRODUÇÃO.....	8
1) Mesa 1 : AS AÇÕES AFIRMATIVAS E OS POVOS INDÍGENAS	11
2) Mesa 2- A EDUCAÇÃO ESCOLAR INDÍGENA	14
3) Mesa 3 – PESQUISA E EXTENSÃO EM TERRITÓRIOS INDÍGENAS.....	16
4) Mesa 4: SAÚDE INDÍGENA E A FORMAÇÃO DE INDÍGENAS NA ÁREA DA SAÚDE.....	18
5) Mesa 5 – O MOVIMENTO INDÍGENA NO BRASIL E SUAS CONTRIBUIÇÕES PARA A FORMAÇÃO DE INDÍGENAS	20
9. Representantes indígenas que irão apresentar o documento final do I ENEI da UFSCar à SECADI/MEC	22
10. Encaminhamentos para a realização do II ENEI	22
11. CONSIDERAÇÕES FINAIS	23

1. COMISSÃO DE RELATORIA – UFSCar

AMANDA RODRIGUES MARQUI (PPGAS e OEEI/UFSCar);
ANA ELISA SANTIAGO (PPGAS e OEEI/UFSCar);
ARTHUR BRANDOLIN;
CLARICE COHN ((PPGAS e OEEI/UFSCar);
CUSTÓDIO BENJAMIM DA SILVA (Baniwa, OEEI/UFSCar));
EDILSON MARTINS MELGUEIRO (Baniwa);
EDINALDO DOS SANTOS RODRIGUES (Xukuru do Ororubá);
ÉRIKA KAWAKAMI (PPGS e NEAB/UFSCar);
MARINA CÂNDIDO MARCOS (Terena);
MARINA NOVO (PPGAS e OEEI/UFSCar);
WAGNER LILLI (Terena);

Colaboração:

TALITA LAZARIN DAL'BÓ (PPGAS/USP)

2. COMISSÃO ORGANIZADORA

COORDENAÇÃO

Profa. Dra. MARIA WALBURGA DOS SANTOS (Coordenadora – CAAPE/UFSCar)
Profa. Dra. CLARICE COHN (DCSo/UFSCar)
EDINALDO DOS SANTOS RODRIGUES (CCI/UFSCar)

COMISSÃO ORGANIZADORA

AGENOR CUSTODIO – TERENA – MS
ALBERTO GONÇALVES CRUZ – PIRATAPUYA – AM
ANDERSON EMANUEL M. VASCONCELOS – TARIANO-AM
ARIOVALDO MASSI – TERENA – MS
CRISTIANA AUSENTINA BEZERRA DO NASCIMENTO – PANKARÁ – PE
CRISTIANE DOS SANTOS GABRIEL - TERENA – MS
CUSTODIO BENJAMIN DA SILVA – BANIWA – AM
DEISE MARY CRUZ – PANKARARU-PE
DEUSILENE CALOMEZORÉ TEODORO – UMUTINA –MT
EDILENE FIGUEREDO ALVES – DESANA- AM
EDINALDO DOS SANTOS RODRIGUES – XUKURU - PE
ELLEN CRISTINA DIAS – TERENA – MS
ELVINEIDE MAXIMO ALVES DA SILVA - WASSÚ COCAL - AL
EMERSON CHAVES – BARÉ – AM
ERINILSO SEVERINO DE SOUZA - MANCHINERY – AC
FERNANDA DOS SANTOS MENDES – TERENA – MS
GEDEÃO TEWATÉ – XAVANTE-MT
GENILSON O. KIRY – UMUTINA – MT
GIAN FABRICIO MASSI – TERENA- MS
ITAIANE MANEPA IPAQUERI QUEZO - UMUTINA - MT
JAIME DA SILVA - MAYORUNA - AM
JIENE PIO – TERENA – SP
KARLA CAROLINE TEIXEIRA – PANKARARU-PE

LENNON FERREIRA COREZOMAÉ – UMUTINA –MT
LUCIANA SANTOS-PANKARARU-PE
LUCIANO ARIABO QUEZO – UMUTINA -MT
MARCONDY MAURÍCIO DE SOUZA – KAMBEBA –AM
MAX FIRMINO – BARÉ – AM
MAYARA SUNI OLIVEIRA - TERENA - MS
ORNALDO BALTAZAR SENA – KAXINAWA – AC
PAULO AUGUSTO DOS SANTOS - PANKARARU – PE
PAULO HENRIQUE G. DA SILVA – PANKARARU- PE
ROSILENE CORREA DOS SANTOS MENDES – TERENA – MS
TAINARA TORIKA KIRI – UMUTINA – MT
VALDENILSON CANDELARIO – TERENA- MS
VALDIRO PEDRO – TERENA – MS
VALMIR SAMUEL FARIAS – TERENA –MS
VERA LÚCIA HENRIQUE SILVA – ATIKUM – PE
WAGNER LILI SEBASTIÃO – TERENA –MS

COMISSÃO CIENTÍFICA

Profa. Dra. CLARICE COHN – DCSO/UFSCar
Prof. Dr. DANILO SILVA GUIMANHES – USP
Profa. Dra. MARIA WALBURGA DOS SANTOS – CAAPE-UFSCae
Profa. Dra. ROSELI RODRIGUES DE MELLO – DTPP – UFSCar
Dra THAIS PALOMINO – CAAPE- UFSCar
COLABORADORES
PROF. DR. TARGINO DE ARAÚJO FILHO – REITOR
PROFA. DRA. CLAUDIA REYES, PRÓ-REITORA – PROGRAD;
PROF. DR. NÉOCLES ALVES PEREIRA, PRÓ-REITOR - PROAD
PROF^a. DRA. ELISABETH MÁRCIA MARTUCCI - CHEFE DE GABINETE DA REITORIA;
ANARI BRAZ BONFIM – PATAXÓ/BA, consultora SECADI/MEC
RAFAELA SOLDAN – DCSO – OEEI/UFSCAR
PAULA MARINA MONTEIRO – OEEI/UFSCAR
LUCAS ALEXANDRE PIRES – CSO – UFSCAR
BRUNO CORTEGOSO PREZENHY – DPSI-UFSCAR
DANIEL MUNDURUKU – DL/UFSCAR
ÉRICA KAWAKAMI – NEAB-UFSCAR
THAÍS PALOMINO – CAAPE
ESTER HELMER – CAAPE
THAÍS PRISCILA RIBEIRO – estagiária CAAPE
MARIANA DE MELO DA CUNHA – estagiária CAAPE
WAGNER SOUZA DOS SANTOS - COVEST
PATRÍCIA LOURENÇO - PROGRAD
EVANDRO MARCOS AMERICANO DE CARVALHO – PROGRAD
JOSÉ LUIS DORICCI – PROAD
ADEMIR DORICCI – PROAD
MARIANA PUZZO – ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO DA REITORIA
BEATRIZ MAIA - ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO DA REITORIA

ARTE

PAULO HENRIQUE G. DA SILVA (Pankararu)

3. INSTITUIÇÕES PARCEIRAS

1. Fundação Nacional do Índio – FUNAI;
2. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão (SECADI/MEC)
3. Conselho Regional de Psicologia de São Paulo – CRP-SP;
4. Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo (USP);
5. PRCEU-USP;
6. Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social – PPGAS/UFSCar;
7. CAPES;
8. Observatório da Educação Escolar Indígena da UFSCar;
9. Rádio UFSCar
10. SESC São Carlos
11. Casa Sanca – Fora do Eixo

4. UNIVERSIDADES PARTICIPANTES

- 1- UnB- Universidade de Brasília
- 2- UCDB- Universidade Católica Dom Bosco
- 3- UFBA- Universidade Federal da Bahia
- 4- UFMG- Universidade Federal de Minas Gerais
- 5- UFRGS- Universidade Federal do Rio Grande do Sul
- 6- UNIR- Universidade Federal de Rondônia
- 7- UNIFAP- Universidade Federal do Amapá
- 8- UFMS- Universidade Federal do Mato Grosso do Sul
- 9- UFPA- Universidade Federal do Pará
- 10- UFAC- Universidade Federal do Acre
- 11- UFSM - Universidade Federal de Santa Maria
- 12- UFRR - Universidade Federal de Roraima
- 13- UFPR- Universidade Federal do Paraná
- 14- UFSC- Universidade Federal de Santa Catarina
- 15- FURG- Universidade Federal do Rio Grande
- 16- UFGD- Universidade Federal da Grande do Dourados
- 17- UEMS- Universidade Estadual do Mato Grosso do Sul
- 18- UEL- Universidade Estadual de Londrina
- 19- UNIOESTE - Universidade Estadual Oeste do Paraná
- 20- UNIPAMPA- Universidade Federal do Pampa

- 21- UNEB- Universidade Estadual da Bahia
- 22- UFSCar- Universidade Federal de São Carlos
- 23- UEA- Universidade Estadual do Amazonas
- 24- UFMT- Universidade Federal de Mato Grosso
- 25- UNEMAT- Universidade Estadual de Mato Grosso
- 26- USP- Universidade de São Paulo**
- 27- UFOPA_ Universidade Federal do Oeste do Pará**

5. INSTITUIÇÕES PRESENTES

1. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão (SECADI/MEC)
2. Fundação Nacional do Índio – FUNAI;
3. Prefeitura Municipal de Dourados- MS;
4. Instituto de Psicologia – USP;

8. ETNIAS PRESENTES NO I ENEI/UFSCar

1. Arapiun
2. Atikum
3. Baniwa
4. Baré
5. Borari
6. Bororo
7. Desana
8. Gavião
9. Guajajara
10. Guarani
11. Iny Karajá
12. Javaé
13. Kaiowa
14. Kaimbé
15. Kalapalo
16. Kambeba

17. Kanhgang
18. Karajá
19. Karipuna
20. Kariri
21. Kinikinau
22. Kiriri
23. Koiupancá
24. Krako-Kanela
25. Makuxi
26. Manchineri
27. Manoki
28. Mayoruna
29. Palikur
30. Pankararu – PE
31. Pankararu - SP
32. Pataxó
33. Piratapuya
34. Rikbaktsa
35. Shanenawa
36. Suruí
37. Tariano
38. Tembé
39. Terena – MS
40. Terena - SP
41. Tukano
42. Tupinambá
43. Tupiniquim
44. Tuxá
45. Umutina
46. Waiãpi
47. Wapichana
48. Wassú cocal
49. Xavante
50. Xerente

51. Xokleng

52. Xukuru de Ororubá

INTRODUÇÃO

Este Documento Final tem como objetivo apresentar os resultados das discussões realizadas no **I Encontro Nacional dos Estudantes Indígenas – Metas e Desafios no Caminho do Ensino Superior**, realizado em São Carlos – SP pela Universidade Federal de São Carlos/UFSCar, entre 02 e 06 de setembro de 2013. O Encontro contou com a participação de aproximadamente 400 pessoas, entre profissionais e lideranças indígenas de todo o país de 51 povos.

A iniciativa de realização do evento foi dos estudantes indígenas da UFSCar, universidade que tem recebido alunos indígenas em vagas complementares abertas em todos os cursos oferecidos nos seus três campi, por meio de vestibular indígena, desde 2007. Atualmente, a UFSCar tem 77 estudantes indígenas vindos de todo o território nacional. Em 2013 foi inaugurado, nesta universidade, o Centro de Culturas Indígenas, onde os estudantes passaram a se reunir, com o apoio da universidade, em especial da CAAPE – Coordenadoria de Ações Afirmativas e outras Políticas de Equidade. O CCI é a consolidação do encontro que tem ocorrido na UFSCar desde o primeiro vestibular indígena, que prima pela diversidade, étnica, regional, e de cursos sendo realizados; assim, a UFSCar foi neste momento lugar privilegiado para se pensar um encontro nacional de estudantes indígenas, vivenciando a diversidade indígena e os desafios da formação em diversas áreas e da permanência na universidade, um encontro inédito que todos os presentes esperam que possa ter continuidade em uma periodicidade anual, e com rotatividade das universidades.

Os estudantes indígenas propuseram, então, um evento em que todas as mesas seriam compostas por indígenas – lideranças, estudantes, formadores, profissionais atuantes em diversas áreas – para debater os principais temas referentes ao acesso, à permanência e a formação de profissionais indígenas. A ideia foi a de, ao invés de fazer mais um evento acadêmico em que a fala é dos não-indígenas, chamar “nossas lideranças, que nos são nossa inspiração”, como formulou Mayara Suny na primeira reunião em que apresentou a proposta ao Mg. Reitor Prof. Targino. Este evento, de concepção e organização dos estudantes indígenas, foi formulado e organizado em

reuniões semanais que aconteceram no CCI-UFSCar, nas quais tiveram o apoio da Profa. Dra. Clarice Cohn, do DCSO/UFSCar, que se dispôs a organizar com os estudantes o I ENEI e articulou institucionalmente, com a Reitoria e as Pró-Reitorias, assim como com a SECADI e a FUNAI, sendo responsável por responder por esta organização em nome da UFSCar, e também da CAAPE, em especial as Profas. Roseli Rodrigues de Mello, anterior coordenadora, e a atual coordenadora, Profa. Maria Walburga dos Santos. Mayara Suny, estudante terena de Ciências Sociais, ficou responsável pela organização do evento, recebendo uma bolsa da CAAPE para tal, e realizou isso desde que Edinaldo Rodrigues da Silva, Xukuru do Ororubá, formado, assumiu seu cargo na SESAI de Pernambuco e teve que partir, acompanhando a organização pela internet.

O evento teve o apoio da Universidade, logístico e financeiro, cuja reitoria ofertou hospedagem e alimentação às comitivas de estudantes indígenas de 27 Universidades selecionadas pela Comissão Organizadora do evento, e cujas Pró-reitorias (de Graduação - PROGRAD, de Assuntos Comunitários e Estudantis – PROACE, de Extensão – PROEX, e de Administração - PROAD) apoiaram o evento, além do Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social (PPGAS/UFSCar), da Secretaria de Educação à Distância (SEaD) e do Observatório da Educação Escolar Indígena da UFSCar¹. As instituições parceiras FUNAI, SECADI, CRP-SP, IP-USP, PRCEU-USP, CAPES, SESC São Carlos e Projeto Infâncias foram também fundamentais para sua realização.

¹ O Magnífico Reitor Prof. Dr. Targino de Araújo Filho apoiou a organização do evento de modo incondicional. A Pró-Reitora de Graduação, Profa. Dra. Claudia Reyes, deu o apoio financeiro e logístico, colocando à disposição sua equipe, em especial Patrícia Lourenço e Evandro Marcos Americano de Carvalho, que auxiliaram na organização de hospedagem, traslado, arte e confecção de cartazes, certificados, camisetas; a CAAPE participou ativamente, em especial as Pedagogas Thaís Palomino e Ester Helmer, e as estagiárias Thaís Priscila Ribeiro e a Mariana de Melo da Cunha; Wagner Souza dos Santos, da COVEST, foi de grande apoio; a PROACE forneceu as refeições no RU para estudantes bolsistas inscritos; a PROEXT forneceu apoio financeiro; a SEAD apoiou na cobertura do evento; o Prof. Neocles Alves Pereira, da PROAD, forneceu apoio logístico e financeiro, e o apoio técnico de sua pró-reitoria, em especial José Luis Doricci e Ademir Doricci. A Chefe de Gabinete, Prof^a. Dra. Elisabeth Márcia Martucci, foi um apoio contínuo e fundamental, e a Assessoria de Comunicação da Reitoria, Mariana Puzzo e Beatriz Maia, apoiou na divulgação e na cobertura do evento. Os estudantes reunidos no Observatório da Educação Escolar Indígena da UFSCar, financiado pela CAPES, auxiliaram na organização e relatoria. O Vice-Reitor Prof. Dr. Adilson Jesus Aparecido de Oliveira compareceu na Mesa de Abertura, e o Reitor Reitor Prof. Dr. Targino de Araújo Filho, a Pró-Reitora de Graduação, Profa. Dra. Claudia Reyes, e a Coordenadora da CAAPE, Profa. Dra. Maria Walburga dos Santos, prestigiaram o fechamento do evento. Na FUNAI, devemos agradecer Izabel Gobbi e André Ramos, da COPE - Coordenação Geral de Promoção da Cidadania da FUNAI, e Helena Stilene de Biase, da CTL da FUNAI de Itanhaém.

Contou-se ainda com a participação de representantes da SECADI/MEC, tanto na Mesa de Abertura, que contou com a presença da Dra. Rita Gomes do Nascimento, Potiguara, Coordenadora Geral da Coordenação Geral de Educação Escolar Indígena da SECADI/MEC, quanto na pessoa do Sr. Thiago Tobias, que se dispôs não só acompanhar e debater as mesas, mas também a se reunir com os estudantes indígenas e demais participantes em uma reunião debatendo os mecanismos de permanência na universidade para estudantes indígenas, em especial a implantação da Bolsa Permanência, em uma mesa especial que contou também com a Pró-Reitora Adjunta da PROACE/UFSCar.

No evento, foram ainda realizadas as exposições PANKARARU: O POVO DOS ENCANTADOS, com fotos tratadas por Paulo Henrique Pankararu, no saguão da Reitoria, que mostra o orgulho de ser Pankararu, e QUINTAIS DO XINGU, do Projeto Infância, que retrata a infância indígena e ribeirinha dos povos do Xingu que têm seus rios condenados pela UHE Belo Monte, no Pará; os espaços em frente aos auditórios receberam arte e artesanato para venda; durante o evento, foi ainda redigida e assinada pelos palestrantes uma carta de apoio aos Munduruku, levada pelos representantes Munduruku para protocolar no Ministério Público. Cada Mesa foi iniciada por cantos e danças dos povos presentes.

O evento permitiu, portanto, amplo debate, e recebeu comitivas de 27 universidades e de 51 povos. Cada mesa, transmitida on line pela SEaD, permitindo amplo acompanhamento, tornou-se como que plenárias, já que todos os inscritos tinham relatos a partilhar, esclarecimentos e propostas a sugerir – em especial na Mesa 1, sobre Acesso e Permanência na Universidade, na qual representantes de cada universidade presente fez uma apresentação. O evento ficará disponível nos links que anexamos ao fim do documento, disponibilizados pela SEaD/UFSCar.

Apresentamos a seguir as propostas que foram discutidas e encaminhadas a partir das mesas do Encontro que foram exclusivamente compostas por indígenas – estudantes, professores, lideranças – e coordenados pelos estudantes indígenas da UFSCar. Uma primeira versão do documento foi escrita pela comissão de relatoria da UFSCar, a partir do registro dos relatores de cada mesa; ele foi então repassado para revisão para representantes de todas as universidades presentes; os documentos retornados geraram então a versão final, que será encaminhada pelo Magnífico Reitor da UFSCar, Prof. Dr. Targino de Araújo Filho, à Reunião do Conselho Pleno da ANDIFES, e ao Ministério da Educação, ao próprio Ministro. Assim também, em

reunião com o Sr. Thiago Thobias, Diretor da Diretoria de Políticas de Educação do Campo, Indígena e para as Relações Étnico-Raciais da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão (SECADI), acontecida durante o ENEI, decidiu-se que este Órgão irá dispor recursos para a ida de cinco representantes dos estudantes indígenas, um de cada região do país, cujos nomes foram retirados na plenária final, para a entrega do documento nesta Secretaria.

1) Mesa 1 : AS AÇÕES AFIRMATIVAS E OS POVOS INDÍGENAS

COORDENADOR: Agenor Custódio Terena – formado em Imagem e Som/UFSCar

PALESTRANTES:

Marina Cândido Marcos – Geógrafa e Licenciatura Intercultural/UFGD

Edinaldo Rodrigues – Psicólogo, UFSCar, 2012. Secretaria de Saúde Indígena (SESAI) de Pernambuco e membro do Conselho Regional de Psicologia de São Paulo.

Valdemilson Ariabo Quezo – Matemático/UNEMAT

Objetivo: Discussão das políticas de inclusão dos povos indígenas no nível superior através dos Programas de Ações Afirmativas, o processo de exclusão vivido pelos povos indígenas no que se refere às Políticas Públicas e que justifica as Ações Afirmativas. A importância da formação de indígenas, os ganhos e perdas com a formação em cursos regulares e não-específicos para indígenas e os desafios enfrentados pelos alunos.

Propostas:

1. Criação de rede de universidades para debater os diversos mecanismos e instâncias responsáveis para o acesso e permanência dos estudantes indígenas com a finalidade de aproximar os diversos programas de cada universidade, garantindo moradia, alimentação, bolsas, apoio pedagógico e espaços físicos de estudo de qualidade e específicos para atender a este público;

2. Criação de rede de universidades com a finalidade de discutir as modalidades de validação das identidades indígenas para a seleção e o ingresso de estudantes indígenas nas universidades, com ampla discussão com as comunidades e as associações indígenas;
3. Reconhecimento pelo MEC dos estudantes indígenas já ingressos nas universidades a partir de critérios de seleção como candidatos à bolsa permanência com reconhecimento das lideranças indígenas ou lideranças das aldeias indígenas com necessidade de comprovação adicional de sua identidade indígena;
4. Reforçar a auto-declaração como critério de ingresso, de acordo com as organizações políticas das comunidades de origem;
5. Que cada Programa de Ingresso de estudantes indígenas das Universidades públicas contemple estudantes indígenas residentes em cidades e centros urbanos, com a criação de um grupo de trabalho para o debate dos critérios e das modalidades deste ingresso;
6. Garantir uma vaga para representante indígena na Comissão Nacional da Educação Escolar Indígena no MEC que seja estudante universitário;
7. Criação de Grupo de Trabalho na Comissão Nacional da Educação Escolar Indígena no MEC para debater o acesso e a permanência dos estudantes indígenas na universidade, em nível de graduação e pós-graduação;
8. Criação de cursos específicos nas áreas de saúde, educação e gestão territorial e ambiental para estudantes indígenas, ampliando as ofertas já existentes em cursos regulares e licenciaturas interculturais;
9. Criação de disciplinas sobre temáticas indígenas ministradas pelos próprios nas universidades para informar e esclarecer melhor aos estudantes e docentes do ensino superior assuntos referentes aos povos indígenas;
10. Fomentar o debate para a criação de programas de inclusão de estudantes indígenas nas universidades estaduais e particulares, e garantir o apoio dos estudantes indígenas do Ensino Superior e das experiências das Universidades Federais para a criação de Programas também nas universidades estaduais;
11. Formação de um Grupo de Trabalho para debater a criação de uma Associação Nacional de Estudantes Indígenas;
12. Ampliação dos Programas de Ações Afirmativas e de ingresso de estudantes indígenas na Pós-Graduação;

13. Formação específica de docentes e gestores conforme prevê a Lei 11.645/2008, para que sejam preparados para debater as temáticas indígenas e acolher os estudantes indígenas nas universidades;
14. Que as universidades garantam espaços de fomento para a produção acadêmica dos estudantes indígenas em pesquisa e extensão;
15. Garantir a institucionalização dos processos seletivos específicos já existentes nas universidades para além das cotas;
16. Debater a política dos Programas de Ações Afirmativas nas Universidades no que se refere ao oferecimento de cursos de Licenciatura Intercultural e cursos regulares como os que são oferecidos na UFSCar, de modo que se assegure o direito ao acesso a qualquer curso de nível superior;
17. Criação de cursos específicos para indígenas semelhantes às Licenciaturas Interculturais em áreas estratégicas tais como gestão ambiental e outros;
18. Garantir que os estudantes participem de projetos de pesquisas e recebam financiamento de pesquisas como PET, Rede de Saberes, PIBEX, PIBIC, PROIC e outros;
19. Criação de espaços de encontro e de apoio aos estudos para estudantes indígenas em cada universidade;
20. Apoio ao estágio para estudantes indígenas;
21. Garantia de mecanismos de retorno dos estudantes indígenas a suas comunidades de origem em cada intervalo letivo (férias), para que seu vínculo permaneça e para que sua formação possa ser compartilhada e debatida pela e com a comunidade, que assim pode participar ativamente deste processo;
22. Proteção dos estudantes indígenas para que não se tornem objeto de estudo no interior da própria IES em que estuda, a não ser com seu consentimento;
23. Orientação pedagógica para estudantes indígenas, para que possam completar seus cursos;
24. Ter um acompanhamento específico para os estudantes indígenas, oferecido pelas instituições de ensino, buscando garantir sua permanência nos cursos de ensino superior;
25. Realização de Encontros Nacionais de Estudantes Indígenas anualmente;
26. Apoio do MEC para a realização anual dos Encontros Nacionais de Estudantes Indígenas;

27. Apoio do MEC para a realização de 5 (cinco) encontros preparatórios com ao menos dois estudantes indígenas representantes de cada estado para compor uma comissão nacional a organização do II ENEI, na construção do Tema, definição de palestrantes, e organização.

2) Mesa 2- A EDUCAÇÃO ESCOLAR INDÍGENA

COORDENADOR: Custódio Benjamin da Silva (Baniwa) – Pedagogia UFSCar

PALESTRANTES:

Anari Braz Bonfim – Mestre em Linguística/UFBA e Consultora SECADI/MEC

Edilson Martins Melgueiro (Baniwa) – Doutorando em Linguística/UnB

Rosilene Piratapuia – Mestre em Antropologia Social/UFAM

Félix Rondon Adugoenau (Bororo) – pós-graduando em Educação da UFMT, SEDUC/MT

Josias Sateré – Biólogo/UEA

RELATORIA: Amanda Rodrigues Marqui (PPGAS/UFSCar, OEEI/UFSCar)

Objetivos: Discutir o modelo da educação escolar indígena e as necessidades de adequação deste modelo para afirmação dos povos, sua diferença em relação ao modelo tradicional de educação, os objetivos da formação da escola indígena, a inserção dos alunos indígenas em outros modelos educacionais fora da aldeia.

Propostas:

1. Garantir o ensino específico e diferenciado de qualidade nas escolas indígenas e garantir que a escola não substitua ou desvalorize os modos tradicionais de educação;
2. Garantir que as Secretarias Municipais e Estaduais de Educação respeitem a legislação que assegura a qualidade e a especificidade da educação escolar indígena, bem como reconheçam os processos próprios de ensino e

- aprendizagem propostos nos Projetos Políticos Pedagógicos de cada escola tais como: calendário específico, material didático que contemple a realidade e especificidade de cada povo de acordo com as necessidades, transporte, merenda e demais demandas das comunidades atendidas;
3. Formação e capacitação dos conselheiros dos Conselhos Municipais e Estaduais de Educação para que estejam preparados a avaliar os Projetos Políticos Pedagógicos das escolas indígenas respeitando a legislação referente à educação escolar indígena;
 4. Formação das instâncias de acompanhamento para a permanência do estudante indígena nas universidades, e contratação de profissionais, indígenas ou não-indígenas, que tenham experiência com o modelo escolar indígena específico e diferenciado e com a temática indígena;
 5. Que os Projetos Políticos Pedagógicos sejam amplamente discutidos e elaborados com a participação comunitária e com a colaboração, quando solicitada, de pedagogos, lingüistas, antropólogos, pesquisadores e gestores responsáveis pelo setor nos municípios e estados;
 6. Criação de Projetos Políticos Pedagógicos Indígenas (PPPIs);
 7. Garantir a participação de representantes indígenas nos Conselhos Municipais e Estaduais de Educação e nas Secretarias Municipais e Estaduais de Educação;
 8. Garantir uma vaga para indígena na Comissão Nacional da Educação Escolar Indígena no MEC;
 9. Lutar e reivindicar para que os governos Federal, Estaduais e Municipais garantam recursos para continuar e ampliar os programas de formação dos professores indígenas em nível médio, superior e de pós-graduação;
 10. Garantir recursos financeiros para a infra-estrutura: construções, reformas e ampliações de escolas indígenas e garantir que eles sejam executados;
 11. Garantir apoio técnico e recursos financeiros junto ao Governo Federal, Estaduais e Municipais para que possam operacionalizar as ações pactuadas nos Territórios Etnoeducacionais (TEE) no Brasil desde 2009, e que ainda não estão sendo executados;
 12. Ampliar o ensino nas aldeias e comunidades garantindo a possibilidade de que todo indígena curse o ensino fundamental e médio em sua aldeia/comunidade;
 13. Garantir a possibilidade do ensino infantil, sem torná-lo obrigatório;
 14. Incentivar a merenda regionalizada com produção da própria comunidade;

15. Criar, dentro do MEC, uma Diretoria Geral de Educação Escolar Indígena em parceria com o movimento indígena;
16. Valorização dos conhecimentos tradicionais dentro dos programas e cursos de formação, tanto no ensino médio, como no ensino superior, respeitando-se as regras de circulação e de idades destes conhecimentos;
17. Que o governo federal, em parceria com os governos Estaduais, Municipais, garanta recursos para discussões, elaborações e publicações de materiais didáticos nas línguas indígenas;
18. Reconhecer que as escolas são espaços de luta da coletividade, isto é, um caminho de reflexão contínua sobre questões como territorialidade, segurança alimentar, lingüísticas, judiciárias, etc.
19. Constituir um sistema próprio de educação escolar indígena, inclusive com modelo próprio de financiamento, elaborado a partir de discussão do movimento indígena, das comunidades, das escolas, para que seja executada na esfera Federal, Estadual e Municipal, de fato uma pedagogia diferenciada e específica protagonizada pelos próprios indígenas;
20. Que os programas educacionais destinados aos povos indígenas não sejam anexos ou adendos adaptados de outros programas, como costumam ser atualmente, mas próprios a esta realidade;
21. Criação da Associação dos Estudantes Indígenas em nível nacional;
22. Criar e fortalecer o plano de carreira e salário dos professores indígenas;

3) Mesa 3 – PESQUISA E EXTENSÃO EM TERRITÓRIOS INDÍGENAS.

Coordenador: Erinilso Severino de Souza (Manchineri) – estudante de Ciências Sociais/UFSCar

PALESTRANTES:

Eurico Sena (Baniwa) – advogado, docente da Licenciatura Intercultural - IEBA

Luciano Ariabo Quezo (Umutina) – estudante de Letras/UFSCar

Erinilso Severino de Souza (Manchineri) – estudante de Ciências Sociais/UFSCar

RELATORIA: ARTHUR BRANDOLIN (UFSCar)

Objetivo: Discutir a legislação que regula a entrada de pesquisadores em Territórios Indígenas, tais como as portarias da FUNAI, os protocolos de ética, o Comitê de Ética em Pesquisas em Seres Humanos no Ministério da Saúde, os riscos e benefícios da pesquisa e extensão nas comunidades indígenas, os pesquisadores e as contribuições com as políticas públicas.

Propostas:

1. Deve-se elaborar modos de consulta e autorização de pesquisas realizadas por pesquisadores indígenas com suas comunidades que respeitem os modos como as comunidades se organizam e regulam a circulação dos seus conhecimentos, consultando-se quais conhecimentos tradicionais podem ser divulgados na academia e, em geral, fora da comunidade.
2. Que os Comitês de Ética de Pesquisas com Seres Humanos reconheçam a autonomia das aldeias e comunidades na avaliação e autorização da entrada do pesquisador indígena ou não-indígena em Terra Indígena;
3. Criar critérios diferenciados para os pesquisadores indígenas que necessitem enviar seus projetos de pesquisa para aprovação ao Comitê de Ética de Pesquisa com Seres Humanos;
4. Discutir a abrangência temática de validade do Comitê de Ética de Pesquisa com Seres Humanos, que tem abrangido todas as pesquisas propostas na universidade brasileira e homogeneizando um modelo de consulta e autorização de participação na pesquisa chegando a impossibilitar a realização de pesquisas por indígenas em suas próprias comunidades e com suas famílias;
5. Que as universidades respeitem que nem todo conhecimento indígena pode ter ampla divulgação e difusão;
6. Elaborar um Termo de Acordo de Pesquisadores Indígenas e não indígenas (TAPIN) como foi realizado pela FOIRN (Federação das Organizações Indígenas do Rio Negro) em São Gabriel da Cachoeira, no Alto Rio Negro-AM.
7. Criação de programas específicos de pesquisa e extensão para os acadêmicos indígenas;
8. Pautar uma discussão acerca da portaria nº 177/2006 da FUNAI;

4) Mesa 4: SAÚDE INDÍGENA E A FORMAÇÃO DE INDÍGENAS NA ÁREA DA SAÚDE.

COORDENADOR: Orinaldo Sena (Kaxinawá) – estudante de Medicina/UFSCar

PALESTRANTES:

Vilma Benedito de Oliveira (Tupiniquim) – estudante de Enfermagem/UnB;

Henrique Pankararu – estudante de Medicina/UFSCar

Edinaldo Rodrigues (Xukuru do Ororubá) – psicólogo formado pela UFSCar, SESAI/PE, CRP-SP;

RELATORIA: Marina Candido Marcos (Terena)

Objetivo: Discutir a política nacional de Saúde Indígena, o modelo específico e diferenciado das ações na comunidade, a formação de profissionais indígenas para atuar na atenção à saúde com comunidades indígenas, incluindo-se os estágios, a criação de parcerias com as universidades para formar indígenas na área de saúde para atuar na atenção básica, bem como a aproximações de saberes com o modelo tradicional de cura dos povos indígenas.

Propostas

1. Incluir como disciplinas obrigatórias *conhecimentos indígenas* na área de saúde e em outros cursos ministrados por professores indígenas e não-indígenas que tenham experiência e conhecimento desta área;
2. Contratação de antropólogos, especialmente nas SESAIs, para tratar da relação do profissional de saúde com o indígena;
3. Participar e elaborar um Planejamento Estratégico para o Controle Social para a saúde indígena;
4. Realizar o I Encontro dos Estudantes e os Profissionais Indígenas de saúde para discutir as políticas de saúde indígena;
5. Reconhecer e respeitar a contribuição dos pajés na formação acadêmica dos estudantes indígenas na área de saúde, permitindo a troca de saberes;
6. As Universidades devem permitir mais autonomia aos estudantes indígenas em formação na área de saúde;

7. Criação de cursos de especialização “Saberes Integrados” de modo que sejam contempladas distintas áreas de conhecimento;
8. Discutir uma política que garanta a atuação e a valorização do profissional indígena após sua formação;
9. Proporcionar cursos de capacitação aos profissionais de saúde indígenas de diversas áreas como parteiras, agentes comunitários de saúde, conselheiro de saúde, etc;
10. Melhorar e reformular o atendimento das ações de saúde que estão sendo oferecidas nas aldeias indígenas para que respeitem as práticas terapêuticas tradicionais;
11. Criar mecanismos para valorizar os profissionais de saúde que atuam nas aldeias e comunidades indígenas, de forma a reduzir a rotatividade desses profissionais e garantir um melhor atendimento aos povos indígenas;
12. Garantir que os estudantes participem de projetos de pesquisas: PIBEX, PIBIC, PROIC e outros;
13. Garantir que o estudante indígena possa realizar estágios em suas aldeias e nas Equipes Multidisciplinares das Secretarias de Saúde Indígena;
14. Incentivar que instituições do sistema de saúde recebam estudantes indígenas para realizar estágios, capacitando-as para tal;
15. Reconhecer e fortalecer a medicina tradicional das Casas de Saúde Indígena e nas instituições de maior complexidade, respeitando a especificidade de cada povo, e garantindo a qualidade do atendimento oferecido;
16. Garantir uma formação para os profissionais indígenas e não-indígenas da área de saúde que contemple o conhecimento acerca do Subsistema de Saúde Indígena;
17. Proporcionar uma aproximação entre os estudantes indígenas e não-indígenas de saúde e as aldeias e comunidades indígenas, de forma que estejam preparados para atuar de forma diferenciada, respeitando os conhecimentos e as práticas tradicionais;
18. Fomentar a criação de equipes de acolhida, com a participação de estudantes indígenas, para os pacientes indígenas nos hospitais de referência do subsistema de atenção à saúde indígena;

19. Realizar encontros e seminários com a participação de rezadores, parteiras e outras lideranças, com a participação de estudantes e profissionais indígenas e não-indígenas da área de saúde;
20. Criar fóruns e espaços para discussão específica sobre saúde mental indígena, possibilitando a troca de informações entre estudantes, profissionais e lideranças indígenas;
21. Reconhecer a centralidade da discussão sobre terra e territorialidade para a garantia de qualidade de vida e da saúde dos povos indígenas;

5) Mesa 5 – O MOVIMENTO INDÍGENA NO BRASIL E SUAS CONTRIBUIÇÕES PARA A FORMAÇÃO DE INDÍGENAS

COORDENADOR: Luciano Ariabo Quezo – estudante de Letras/UFSCar

PALESTRANTES:

Félix Rondon Adugoenau (Bororo) – pós-graduando em Educação da UFMT, SEDUC/MT

Jorge Oliveira Duarte (Marubo) – liderança indígena

Marcos Luidson (Xucuru do Ororubá)– liderança indígena de Pernambuco

RELATORIA: ÉRICA KAWAKAMI – NEAB-UFSCar

Propostas:

1. Que os povos indígenas se mantenham unidos para lutar contra as novas medidas institucionais que afetam diretamente os seus direitos assegurados pela Constituição Federal de 1988;
2. Criação de novas associações e fortalecimento político-institucional;
3. Lutar contra a aprovação da PEC 215 e da Portaria 303 (PLP), que visam o fortalecimento do agronegócio e ameaça a soberania dos territórios indígenas;
4. Lutar contra a implantação de mineração em áreas indígenas e de grandes empreendimentos que tenham impactos sociais e ambientais para os povos indígenas;
5. Consolidar e regulamentar a consulta prévia e informada, a oitiva indígena, regulamentada pela OIT (Convenção 169, ratificada pelo governo brasileiro), tornando-a eficaz e obrigatória;
6. Fortalecer a Frente Parlamentar de Defesa dos Povos Indígenas;

7. Participação de indígenas, como profissionais reconhecidos, nos Grupos de Trabalho para delimitação de terras indígenas e para estudos de impacto ambiental;
8. Comprometimento dos estudantes e lideranças indígenas nas lutas de seu povo e do movimento indígena nacional a fim de que sua representação seja fidedigna aos desejos e anseios dos povos indígenas;
9. Articular uma rede para fazer atos no dia 25 de outubro em que se completa 25 anos de Constituição Federal de 1988 para que a sociedade possa compreender a gravidade da situação dos povos indígenas estão passando;
10. Fortalecer a luta política contra a deputada Kátia Abreu, anti-indígena nº 1 na Câmara dos Deputados, pois suas propostas afetam diretamente os direitos garantidos por lei aos povos indígenas;
11. Reconhecer a territorialidade como nossa bandeira de guerra e levantá-la em Brasília. Garantir que o Estado reconheça nossa territorialidade, pois dentro dos nossos territórios estão nossos elementos sagrados e fundamentais para a produção e reprodução de nossas culturas e para a garantia de nossa saúde e nossas vidas. Não podemos discutir território como recursos imobiliários, como os não-indígenas. O território é algo concreto, que você vê, você pesa, você avoluma, consegue traçar uma dimensão, mas a territorialidade não.
12. Fortalecer o movimento indígena no âmbito das Universidades para que os estudantes sejam comprometidos com as lutas de seu povo;
13. Que seja garantida a participação de nossas lideranças em todos os encontros que envolvam acadêmicos indígenas dentro da Universidade;
14. Garantir a presença de representação política em nível municipal e estadual, para representar o povo indígena junto com as organizações que existem, de acordo com a decisão tomada por cada povo indígena;
15. Garantir acesso a recursos financeiros disponibilizados pelos governos federal, estadual e municipal para desenvolver e executar ações nas associações e organizações indígenas;
16. Capacitação em gestão de recursos financeiros para os gestores e líderes de associações indígenas;
17. Fomentar o debate sobre a criação do Partido Indígena, de modo a abranger as questões que deverão ser contempladas e acordadas por todas as etnias;

18. Promover a divulgação das causas indígenas para conquistar mais adeptos a questões referentes aos direitos indígenas e suas violações;
19. Descolonizar o sistema e as pessoas, respeitando o modo indígena de pensar o projeto de um ponto de vista coletivo.

9. Representantes indígenas que irão apresentar o documento final do I ENEI da UFSCar à SECADI/MEC

Região Sul (Santa Catarina, UFSC)

Woie Kriri Sobrinho Patto

CPF: 061.246.329-00

RG: 4118571

Região Centro- Oeste (Mato Grosso do Sul, UEMS)

Tatiane Martins Gomes

CPF: 012.993.561-17

RG: 001.554.150 SSP/ MS

Região Nordeste (Pará, UFOPA)

Adenilson Alves de Sousa

CPF: 538.477.172-00

RG: 6485024

Cel: (93) 9219-9362

Região Sudeste (São Carlos, São Paulo UFScar)

Valmir Samuel Farias

CPF: 018.250.241-46

RG: 001.634.314 SSP/MS

CEL: (16) 99721-9867.

e-mail: kimvalmir@hotmail.com

Região Norte (Amazonas, UEA)

Josias Sateré

Cel: (92) 9505-8159

e-mail: bftmnoph@hotmail.com

Adicional: Poran Potiguara, UNB – sem necessidade de aquisição de passagem

Cel: (62) 8249-7585

e-mail: poranpotiguara@gmail.com

10. Encaminhamentos para a realização do II ENEI

Após o encerramento da MESA 5, foram apresentadas as propostas das Universidades que desejavam sediar o II ENEI (Encontro Nacional de Estudantes Indígenas). As

universidades UCDB, UFSC, UFMT e UFMS defenderam suas propostas para sediar o II ENEI no próximo ano.

Após o debate, foi decidido pela Comissão Organizadora do I ENEI que o próximo Encontro será organizado pela Rede de Saberes, porém sediado na Universidade Católica Dom Bosco (UCDB), em Campo Grande, Mato Grosso do Sul.

Sugere-se que o ENEI torne-se um evento anual, sediado em universidades diferentes a cada ano, e que a SECADI disponha de recursos para sua realização. Sugere-se ainda que a SECADI apoie cinco encontros com representação regional (Nordeste, Norte, Sudeste, Centro-Oeste e Sul) de estudantes indígenas, para delimitação dos temas dos encontros e de palestrantes com representatividade étnica, regional e de universidades ampla e, portanto, nacional.

11. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Devemos ressaltar a importância desse encontro como forma de dar maior visibilidade aos estudantes indígenas dentro das instituições de ensino. Isso possibilita não apenas que os estudantes e professores não-indígenas conheçam e reconheçam a existência e a presença desses alunos no espaço acadêmico, mas também possibilita um incremento nas frentes de apoio às demandas dos povos indígenas. Se um dos pontos acertados ao final do encontro foi a necessidade de descolonização, a ocupação do espaço acadêmico (não apenas com a presença dos alunos indígenas nos seus cursos, mas também com a ocupação dos *espaços físicos* da universidade proporcionada por esse encontro) é um passo bastante importante de descolonização de um ambiente que é fundamentalmente elitizado e marcado por um saber pretensamente superior e excludente.

As universidades precisam começar a conhecer a realidade dos povos indígenas do Brasil e se abrir para os conhecimentos e saberes indígenas, não entendidos apenas como “saberes populares”, mas reconhecendo os fundamentos desse conhecimento e sua validade, mesmo que não comprovada pela ciência acadêmica.

O I ENEI foi realizado na UFSCar não sem razão: desde que o Vestibular Indígena teve início, em 2007, a UFSCar tem acolhido estudantes indígenas de diversas etnias e regiões do Brasil, de modo que cada dia possibilita a vivência de um encontro intercultural, entre indígenas e não-indígenas, e entre indígenas. Por isso mesmo também, esta comunidade conhece os desafios do convívio intercultural e do diálogo de práticas pedagógicas e conhecimentos, de modo a que os estudantes indígenas vieram a

pautar os temas em um encontro nacional. A existência de uma instância efetivamente pedagógica que cuida do acesso e da permanência dos estudantes indígenas – assim como os ingressantes por reserva de vagas, egressos de ensino público, negros, pretos e pardos, refugiados e PEC-G -, a Coordenadoria de Ações Afirmativas e de Outras Políticas de Equidade, a CAAPE, sediada na Pró-reitoria de Graduação – PROGRAD, embora não neutralize os dilemas e problemas, é importante meio de apoio a iniciativas como essas, e de mobilização.

O I ENEI revelou-se um espaço de diálogo entre indígenas, palestrantes e plateia, e entre indígenas e não-indígenas, a comunidade acadêmica em geral e demais participantes, tendo em vista ser um evento aberto, abrangendo temas fundamentais da situação dos povos indígenas no Brasil contemporâneo e o papel que a universidade tem para difundir, debater, visibilizar, e formar indígenas para atuar nesta nova realidade.

É também um espaço de debate das políticas públicas, e a presença de gestores – neste I ENEI, a SECADI, a FUNAI, a Reitoria e as Pró-Reitorias da UFSCar – permitiu um diálogo direto entre os beneficiários de programas e aqueles que os formulam e gerenciam, revelando-se importante espaço de debate, avaliação e monitoramento das políticas públicas, e de controle social.

O I ENEI permitiu também que se pautasse algo que ainda deverá ser melhor definido e debatido, que é a responsabilidade do estudante indígena com a sua formação e o retorno à sua comunidade. Fica clara a ligação do estudante indígena com sua comunidade, desde o seu ingresso na Universidade, que se faz tendo em vista seu pertencimento a uma comunidade indígena, até sua formação e retorno à comunidade. No entanto, deve-se sempre ter em pauta a autonomia do estudante, que não pode ter seu destino acadêmico pautado pela universidade, mas sim por seu povo e por ele mesmo. Deste modo, a oferta de vagas diversificadas – balanceando a atual tendência em que a maior parte das formações oferecidas para indígenas são as Licenciaturas Interculturais – é fundamental, seja pela criação de outros cursos específicos, seja pela ampliação de oferta de vagas nos cursos regulares das universidades, o que já se garantiu pela chamada Lei de Cotas, e agora deve ser consolidado com um preparo das diversas universidades para acolher os estudantes indígenas, suas práticas de ensino e aprendizagem, seus conhecimentos, seus hábitos. Deve-se ainda incentivar a inserção dos estudantes em grupos de pesquisa, não o condenando a realizar apenas uma formação utilitária de retorno imediato a seu povo, mas uma formação ampla que o habilite ao diálogo intercultural e à atuação profissional com competitividade. Por fim,

deve-se rever e debater os mecanismos de controle das pesquisas realizadas em terras indígenas e com comunidades e pessoas indígenas, de modo a incentivar, e não limitar ou constranger, a atuação de formandos indígenas com seus povos e comunidades em ensino, pesquisa e extensão. É importante que se pontue que o retorno que o estudante dará a sua comunidade deve ser definido por estes, estudante e comunidade, e não pressuposto pela universidade, muito menos pelos docentes e colegas, como é comum. Deve ser, isso sim, uma construção conjunta do povo e aquele que saiu para se formar, e o retorno periódico à comunidade de origem, com apoio da universidade, do MEC e/ou da FUNAI é importante mecanismo para a participação da comunidade na formação do estudante indígena em nível superior. Deve-se repetir, ainda, as condições de ensino e difusão dos conhecimentos indígenas, de modo a que aquilo que deve ser restrito (como, por exemplo, aspectos importantes da formação e atuação xamaânica, ou conhecimentos que são familiares ou clânicos) possa continuar o sendo, o que só pode ser feito em debate com as próprias comunidades. Por fim, as universidades devem criar mecanismos de proteção aos estudantes indígenas para que eles não se tornem, a não ser quando o consintam, objetos de estudo.

O I ENEI demonstrou que de fato a universidade que se abre para a diversidade, e que recebe estudantes indígenas em seu seio, abre-se também para a convivência intercultural. Esta ainda tem muito a ser aprimorada, e por isso mesmo Encontros anuais deste tipo devem ser fomentados. Em especial, as relações de estudantes e professores não-indígenas com os estudantes indígenas, e a efetivação de um real respeito à diferença, que supere o jargão e ganhe a prática, começando-se com o reconhecimento dos conhecimentos trazidos por estes estudantes e de suas riquezas culturais e de saberes. Assim, novos conhecimentos e novas relações poderão vir a ser construídas, tornando a universidade algo melhor.

Os indígenas continuarão lutando por isso. As lideranças o disseram neste I ENEI, conclamando os jovens a se formarem para atuar profissionalmente, para atuar nos mecanismos de controle social das políticas públicas, e para se formarem para serem as lideranças do futuro, iniciando-se politicamente nesta experiência universitária, não só no convívio e no aprendizado, mas também na mobilização e formação de associações estudantis indígenas articuladas às lutas mais amplas dos povos indígenas no Brasil contemporâneo.

